



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (PA) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/0001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

Ministério da Fazenda



de maior participação nos ativos totais. Ao final do 1º semestre de 2015, somente a carteira de títulos alcançou o montante de R\$6.088,9 milhões, crescimento de 4,7% quando comparado ao 1º semestre de 2014 (R\$5.815,4 milhões).

A carteira está composta por 71,2% de títulos públicos federais, especialmente Letras Financeiras do Tesouro (LFT), demonstrando a posição conservadora do Comitê responsável pela política de aplicação da tesouraria. Os 28,8% de títulos privados são compostos, na maioria, por letras financeiras, certificados de depósitos interfinanceiros e debêntures de grandes empresas (*ratings* "AAA" e "BBB").

Foram realizadas operações com derivativos exclusivamente para *hedge* das posições pré-fixadas. O resultado das operações com TVM atingiu R\$429,6 milhões, superior em 20,9% ao registrado no 1º semestre de 2014 (R\$355,3 milhões), influenciado, principalmente, pelo aumento na taxa SELIC.

### 3.10 – Captação de Recursos:

#### ✓ Depósitos

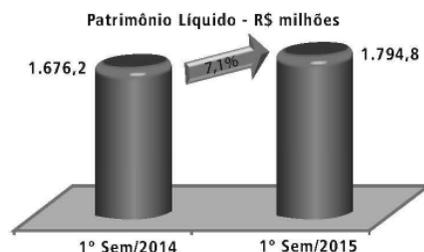
O saldo médio de captação do Banco encerrou no 1º semestre de 2015 em R\$3.113,9 milhões (R\$3.176,3 milhões no 1º semestre/2014), diminuindo aproximadamente em dois pontos percentuais. A redução se deu em razão da queda nos depósitos especiais (art.19 da Lei 8.167/1991). Entretanto, os depósitos de poupança, depósitos a prazo e depósitos à vista apresentaram crescimento de 3,9%, 5,2% e 8,7%, respectivamente.

#### ✓ Empréstimos e Repasses

As captações oriundas de órgãos governamentais (BNDES, Finame, STN e Finep) ampliam as fontes de financiamento e assim possibilitam a diversificação das linhas de crédito ofertadas ao tomador final, especialmente para os estados não contemplados com o FNO. O crescimento desses recursos foi de 31,1%, passando de R\$546,2 milhões no 1º semestre de 2014, para R\$716,3 milhões em 2015.

### 3.11 – Patrimônio Líquido (PL)

O Banco encerrou o 1º semestre de 2015 com um Patrimônio Líquido R\$1.794,8 milhões (R\$1.676,2 milhões no 1º semestre/2014), representando um crescimento de 7,1%.



### 3.12 – Patrimônio de Referência (PR)

Com a assinatura do contrato de mútuo, em 09 de dezembro de 2014, entre o Banco da Amazônia e a União, para fins de enquadramento como instrumento elegível ao capital principal (IECP), nos termos previstos no art. 16 da Resolução CMN nº 4.192, de 01 de março de 2013 e alterações posteriores e, após o atendimento das exigências da legislação, inclusive a autorização do Banco Central do Brasil, foi incorporado ao Capital Principal, para fins de Basileia III, o montante de R\$982,1 milhões, elevando o Patrimônio de Referência (PR), no final do semestre, para R\$2.673,6 milhões (R\$1.609,3 milhões em 2014).

### 3.13 – Índice da Basileia (Limites Operacionais)

A mensuração do capital regulamentar (compatibilidade do patrimônio de referência, PR, com o grau de risco dos ativos, passivos e compensação) é efetuada em conformidade com a regulamentação vigente. O 1º semestre de 2015 encerrou com um índice de Basileia de 16,6% (12,7% no 1º semestre/2014).

## 4 – REDE DE ATENDIMENTO

O Banco encerrou o semestre com 158 pontos de atendimento, dos quais 124 são agências e 34 postos de atendimento, distribuídos em onze unidades da Federação, abrangendo a Amazônia Legal, Brasília e São Paulo.

## 5 – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

No 1º semestre de 2015, a área de TI disponibilizou novos sistemas administrativos e de suporte aos negócios do Banco, além da melhoria dos sistemas existentes. Destacando-se as seguintes atividades: substituição dos cartões de tarja magnética, por cartões com *chip*, aumentando a segurança das transações; atualização e incremento da capacidade dos equipamentos de armazenamento de dados; instalação de 164 novos equipamentos de autoatendimento; conclusão da instalação de 220 novos terminais de caixa nas agências e execução do projeto de atualização tecnológica e elevação da velocidade da rede *wan* das agências e superintendências, reduzindo o impacto nos tempos de atendimento e serviços de retaguarda. Foi ampliado o leque de canais de autoatendimento com a disponibilização do aplicativo do Banco para *mobile bank*, inclusive com a possibilidade de o cliente contratar empréstimos nos canais remotos.

## 6 – GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco da Amazônia, em consonância com as boas práticas de governança corporativa, adota um modelo de gestão estratégica transparente, com equidade, prestação de contas, responsabilidade empresarial e social, e principalmente, sustentabilidade.

A Assembleia Geral é a instância máxima da companhia. O Conselho de Administração é composto por seis membros, eleitos pela Assembleia Geral. Destaca-se que o Presidente do Banco é parte integrante do Conselho de Administração, contudo, não é o Presidente do Conselho. O Conselho

Fiscal atua de forma permanente na fiscalização da gestão verificando o cumprimento dos deveres legais e estatutários. O Banco possui ainda o Comitê de Auditoria, que é subordinado ao Conselho de Administração, assessorando-o em sua gestão.

O Banco privilegia a decisão colegiada nos diversos níveis, buscando a agilidade e segurança nas definições estratégicas e de negócios.

### 6.1 – Auditoria Interna

Na forma da legislação vigente, o Banco da Amazônia S/A possui unidade de Auditoria Interna vinculada ao Conselho de Administração. Tal unidade é responsável por fornecer avaliações abrangentes baseadas no maior nível de independência e objetividade dentro da organização, de modo a agregar valor à gestão. Os trabalhos de auditoria são geridos de acordo com o plano anual de atividades de auditoria interna.

Mediante aplicação de abordagem sistemática e disciplinada, a Auditoria Interna avalia a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança, tendo como finalidade fortalecer a gestão, racionalizar as ações de controle, bem como prestar apoio aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

### 6.2 – Controles Internos

O Sistema de Controles Internos (SCI) do Banco da Amazônia é formado por um conjunto de políticas, procedimentos e instrumentos de controles adotados pela Administração e por todos os empregados. Sua finalidade é assegurar a eficiência e eficácia dos negócios da Instituição, controlar os riscos existentes e garantir a efetividade da operacionalização das atividades em todos os seus níveis. O SCI está estruturado de modo a assegurar o alcance dos objetivos, com foco na mitigação de riscos.

### 6.3 – Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco é um canal especializado de atendimento a clientes, que busca identificar as necessidades do público externo, zelar pela boa imagem do Banco e aperfeiçoar seu modelo de gestão, sendo o canal de última instância da Instituição para o registro de reclamações. As manifestações são recebidas por: telefone 0800-7222171, endereço eletrônico [ouvidoria@bancoamazonia.com.br](mailto:ouvidoria@bancoamazonia.com.br), no sítio do Banco ([www.bancoamazonia.com.br](http://www.bancoamazonia.com.br)), atendimentos presenciais agendados ou via correios para o endereço: Av. Presidente Vargas nº 800 – Campina – Belém-PA, CEP: 66017-000.

No 1º semestre de 2015, foram registradas pela Ouvidoria 106 demandas, contra 199 no mesmo período de 2014, uma redução de 46,7%. Foram registrados 80 reclamações, 14 denúncias, 7 solicitações, 2 elogios, 2 cancelamentos e 1 sugestão. Entre as reclamações, a redução foi de 54,8% com relação ao 1º semestre de 2014 (177).

Foram recebidos pelo Sistema RDR do Banco Central, 34 registros de reclamações, sendo 5 reguladas procedentes, 5 reguladas improcedentes, 18 não reguladas e 6 reguladas não conclusivas. No Sistema Ouvidor do Ministério da Fazenda foi recebido 1 registro de reclamação e 1 de solicitação. Por meio do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), a Ouvidoria recebe demandas referentes à Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), que facilita o acesso às informações, assim como atende e orienta os cidadãos sobre a referida Lei. No 1º semestre de 2015, foram recebidos 26 pedidos de informações.

## 7 – GERENCIAMENTO DE RISCOS

A gestão de risco no Banco da Amazônia compreende o processo de medição e controle dos riscos presentes em suas atividades, identificando quais os principais riscos que a Instituição está exposta e os mecanismos para o seu acompanhamento e tratamento, com adoção de medidas para evitar, ou antecipar-se aos impactos ou efeitos dos possíveis riscos.

### 7.1 – Risco de Mercado

A política de gerenciamento de risco envolve todos os níveis hierárquicos da Instituição. Seu objetivo é monitorar o risco de mercado aplicando ferramentas de controle e mensuração da volatilidade dos ativos com utilização das metodologias de *Value At Risk* (VaR), teste de *stress* e acompanhamento dos limites de exposição das carteiras de negociação e não negociação, conforme estabeleça a política de risco de mercado.

### 7.2 – Risco de Liquidez

O risco de liquidez é acompanhado diariamente, por intermédio das verificações dos índices e indicadores de disponibilidade de recursos de curto prazo, plano de contingência e forma de alocação nos vértices para os ativos e passivos. A política de risco de liquidez estabelece toda a estratégia e limites de disponibilidades de recursos da Instituição, que historicamente sempre apresentou posição líquida positiva, em razão de priorizar em suas aplicações títulos de altíssima e alta liquidez.

### 7.3 – Risco Operacional

A gestão consolidada do risco operacional permeia todas as instâncias do Banco, com seus respectivos papéis e responsabilidades, de modo a identificar e avaliar o risco operacional inerente aos produtos materiais, atividades, processos e sistema, a fim de assegurar que estejam com nível de risco aceitável.

### 7.4 – Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito no Banco da Amazônia está balizada na Política de Risco de Crédito aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração e tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.

A classificação dos créditos do Banco distribui-se em diferentes níveis de risco (*rating*), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os *ratings* "AA" e "C", inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

O Banco da Amazônia é o responsável pela classificação do cliente e da operação no nível de risco